



TRIBUNAL
CONSTITUCIONAL

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO CONSELHEIRO PRESIDENTE

RUI MOURA RAMOS

— Volume II —


ALMEDINA

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO CONSELHEIRO PRESIDENTE RUI MOURA RAMOS

ORGANIZAÇÃO:

Maria Lúcia Amaral, com a colaboração de Selma Pedroso Bettencourt

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PAPELMUNDE

Julho, 2016

DEPÓSITO LEGAL

413044/16

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objeto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.


ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

PORTUGAL. Tribunal Constitucional

Estudos em homenagem ao Conselheiro

Presidente Rui Moura Ramos

V. 2: p.- ISBN 978-972-40-6579-3

CDU 34

Tribunal Unificado de Patentes e Constituição RUI MEDEIROS / MARIA MANUEL SIMÕES	487
---	-----

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

A propósito de duas decisões dos tribunais portugueses sobre o contrato de trabalho internacional ANABELA SUSANA DE SOUSA GONÇALVES	519
A aplicação internacionalmente ampliada das regras de notariado latino nos negócios imobiliários AFONSO PATRÃO	547
Eficacia de las sentencias extranjeras en Venezuela GONZALO PARRA-ARANGUREN	605
O regime patrimonial do casamento e as sucessões no direito internacional privado europeu – crónica de um desfecho anunciado NUNO ASCENSÃO SILVA	629

DIREITO PÚBLICO

Turismo de saúde e a regulação independente ANA PAULA CABRAL	699
As categorias jurídicas no direito administrativo cosmopolita: uma leveza insustentável COLAÇO ANTUNES	723
Idoneidade de membros de órgãos sociais de instituições de crédito. <i>Primus inter pares?</i> A avaliação da sua adequação CRISTINA MÁXIMO DOS SANTOS	761
Algumas considerações relativas à inspecção tributária JOSÉ CASALTA NABAIS	795
O Órgão de Controlo Externo do Financiamento Político – Notas de Estudo Comparado, de Historial e de Reflexão MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA MARTINS	821
Apontamento sobre o regime da arbitragem respeitante a litígios relativos à formação de contratos públicos MÁRIO AROSO DE ALMEIDA	843

Tribunal Unificado de Patentes e Constituição

RUI MEDEIROS*

MARIA MANUEL SIMÕES**

1. Introdução

I. Um constitucionalista, numa homenagem a Rui Moura Ramos, não pode esquecer o precursor contributo que o nosso Mestre deu para a problemática muito complexa da interseção entre **Direito Internacional Privado e Constituição**. O seu estudo sobre o tema, publicado em 1980, constitui ainda hoje um marco incontornável na análise dessa difícil matéria. E, não podendo nesta homenagem regressar ao tema, opta-se, ainda assim, por abordar uma questão atual que interessa igualmente a privatistas e constitucionalistas. Do que se trata, no fundo, é de analisar o *Tribunal Unificado de Patentes* numa perspetiva constitucional.

II. É sabido que a Decisão 2011/167/UE, do Conselho, de 10 de março de 2011, autorizou o estabelecimento, no quadro da União Europeia, de uma cooperação reforçada entre 25 (vinte e cinco) Estados membros – incluindo o Estado Português –, no domínio da criação da proteção unitária de patentes. No âmbito desta cooperação reforçada, o Regulamento (UE) n.º 1257/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2012, veio estabelecer o regime da patente europeia com efeito unitário, prevendo, em suma,

* Advogado e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

** Advogada.